

Privatização da Eletrobras: processo eivado de equívocos



O Senge Santa Catarina faz um importante alerta: um valioso patrimônio da sociedade brasileira – a Eletrobras – corre sério risco de ficar sob o domínio de empresas estrangeiras.

Isso porque a Medida Provisória nº 1031, de fevereiro de 2021, editada pelo Governo Federal, abriu o caminho para a venda de ações das Empresas do Grupo Eletrobras e perda do seu controle acionário.

Por isso, cabe a nós, sociedade organizada, mostrar ao Congresso Nacional os riscos dessa iniciativa e o valor estratégico da Eletrobras se manter sob o comando do Estado Brasileiro.

A Eletrobras é detentora de importantes usinas hidrelétricas com grandes reservatórios que operam em favor da regularização e garantia de energia mais barata para os brasileiros.

Também garantem de forma harmônica o uso múltiplo das águas. A

água! Que tem valor inestimável e de grande relevância para a economia e sobrevivência daqueles que vivem nas margens dos rios.

A Eletrobras também detém o controle de mais de cinquenta por cento das linhas de transmissão estruturante, interligando nosso Brasil que tem dimensões continentais. Linhas construídas com os recursos dos brasileiros e que, além de garantirem o escoamento de energia, também estão conectadas a outros países amigos de fronteira. Assim, contribuem para as boas relações diplomáticas e colaboram com nossos vizinhos nos momentos críticos para socorro de energia.

Outro ponto a destacar é que a geração dessa energia proveniente de recursos hídricos é renovável. É detentora de selo verde e de grande importância na imagem do Brasil junto à comunidade internacional.

Este é um momento de ação para mostrar à sociedade brasileira que não se pode vender um patrimônio cujo valor estratégico é imensurável.

Confira no vídeo os riscos e as consequências dessa MP.